

nando por um valor moral e ético, e não para que descumpramos nosso dever; está pressionando para que resguardemos o mínimo de decência e de credibilidade nesta atividade tão aviltada que é a do exercício de um mandato parlamentar. Não há ninguém nesta Casa puro ou santo. Ninguém pode atirar a primeira pedra. Mas o Sr. Fernando Collor exorbitou de suas funções e desrespeitou escancaradamente as normas mais comezinhas de honestidade no trabalho do dinheiro público!

Fui o primeiro a pedir o **impeachment** nesta Casa, em fevereiro do ano passado. Não se sabe, neste instante, se estamos tratando com um homem equilibrado ou mentalmente desequilibrado. Disse isso várias vezes nesta Casa, quando alertava para o comportamento do Presidente da República, que configurava anormalidade psíquica. Não é plausível que um homem, eleito com as bandeiras que levantou, de moralização da administração pública, cometesse os erros gravíssimos que cometeu, justamente no campo da moralidade pública, na Administração Federal.

Assim, estamos aqui, Deputado Ronaldo Caiado, Deputado José Lourenço, num processo que tem como indiciado o Sr. Presidente da República. Não adianta a falácia! Não adianta tentar desviar a atenção da opinião pública, pois os números neste placar são sintomáticos. Às vésperas da votação, praticamente já atingimos o número necessário para o **impeachment** ser recebido por esta Casa. Tenho certeza de que haverá **quorum** suficiente para decidir. Quem terá a coragem, que eu chamo de desplante, de votar a favor de um homem que nem a seus pleitos, como Deputado, deu atenção?

O mais impressionante de tudo isso é que essa bancada governista está refratária até ao tratamento que recebeu do Presidente da República, de última hora. Na calada da noite, o Sr. Ricardo Fiúza tenta, com o uso da verba pública, com o orçamento da União, com os recursos do Estado, manter no cargo um homem envolvido com corrupção que deve ser afastado para o bem da Nação.

Ouvi hoje aqui, para alegria minha não um, mas vários Deputados e várias Deputadas dizerem que se encontraram pela manhã com o Sr. Ricardo Fiúza e lhe disseram: Não adianta agora, à última hora, tentar corromper o meu voto; o meu voto está decidido; eu era Governo, mas, antes de tudo, agora eu sou a favor da decência pública, e a decência manda que eu vote a favor do **impeachment**.

Amanhã, numa terça-feira, que será consagrada como o dia da consciência parlamentar, aqueles que quiserem ter a honra de voltar para casa com a sua consciência passada a limpo ou limpa, como sempre foi, terão que responder ao clamor nacional. E o clamor nacional pede que nos unamos em favor de um só objetivo: levemos esse homem às barras do tribunal do Senado, para responder pelos crimes que cometeu contra a honra nacional.

Era o que tinha a dizer. (Palmas.)

(Texto escoimado de expressões anti-regimentais, nos termos do art. 17, V, B, do Regimento Interno.)

O SR. LOURIVAL FREITAS (PT — AP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr.^s e Srs. Deputados, até a madrugada de hoje eu me encontrava no interior do meu Estado, o Amapá. Pude observar, Sr. Presidente, em cinco municípios que visitei, o retrato do que ocorre em todo o País: o sentimento de esperança de que esta Casa, hoje e amanhã, permita que o Senado apure, processe e julgue o Presidente da República.

O sentimento do homem do interior, ao contrário daquilo que quis dizer um Parlamentar que defendeu o Governo, não é o sentimento daqueles que ainda teimam em não ouvir a voz do povo; daqueles que ainda pensam que o povo do interior não está informado; daqueles que ainda pensam que daqui a dois anos o povo vai esquecer esse fato e a atitude que cada Parlamentar vai tomar amanhã, com seu voto firme, corajoso, determinado, em prol da Nação, em prol do Brasil e contra a corrupção, a impunidade, a vigarice e a esperteza que têm dominado a vida política nos últimos séculos. Enganam-se aqueles que pensam que o homem do interior e o homem da cidade estão alheios a esses fatos que estarrecem a Nação.

O Presidente e aqueles que ainda ousam duvidar da consciência popular serão punidos. Amanhã cai o chefe maior; cai o chefe supremo da corrupção e ainda aqueles que tentam esconder-se, tentam ludibriar a consciência nacional. Vão se arrependar porque não terão mais coragem de enfrentar seus filhos.

Ora, Sr. Presidente, fala-se muito no direito de defesa que o Presidente não teve. Esse foi o argumento mais usado, e o será também amanhã, nesta Casa, para a defesa do Presidente da República. Mas todos nós sabemos, a Nação brasileira sabe que o Presidente teve tempo suficiente para se defender: teve o rádio, a televisão, a CPI, a tribuna desta Casa, a tribuna do Senado, as ruas, a rampa do Palácio do Planalto. Em nenhum momento ele fez a defesa ou explicou os fatos que lhe são imputados. A Nação inteira esperava que ele respondesse dignamente a uma única acusação, mas não o fez. Recorreu ao Supremo, que lhe deu mais tempo. E o que fizeram os governistas? O que fez a minoria fisiológica? O que fez a minoria que agora tenta comprar a consciência dos Deputados? Perdeu-se em filigranas jurídicas, em explicações não convincentes; perdeu-se em tramamas mentirosas. Mas a Nação brasileira sabe que não apresentaram nenhuma defesa porque não têm fatos para contestar aquilo que a CPI apurou e que toda a sociedade brasileira sabe.

Quem merece defesa, Sr. Presidente, não é Collor de Mello e sua turma, não é o Palácio do Planalto, mas a sociedade, os pobres, os assalariados e os trabalhadores. Estes, sim, são os que merecem defesa!

O Congresso Nacional, amanhã, dará oportunidade à Nação de se vacinar contra a corrupção, contra a formação de quadrilha e contra todo tipo de esperteza. A sociedade brasileira espera desta Casa a sua defesa, e é isto que a Câmara dos Deputados vai fazer amanhã: a defesa da Nação, a defesa do povo contra a corrupção! (Muito bem!)

O SR. RICARDO FIÚZA (Bloco — PE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sr.^s e Srs. Deputados, há alguns meses estou afastado da convivência amiga e fraterna na Câmara dos Deputados, esta Casa, à qual me acostumei durante 23 anos — e é algo realmente fascinante, pois iniciei a minha carreira aqui aos 30 anos e, hoje, estou com 53 anos completos — e para a qual tenho o prazer de voltar, para falar aos companheiros, discutir temas, polemizá-los, como é do meu temperamento, defender as minhas crenças, defender os meus ideais, enfim, defendê-los dentro desta grande caixa de ressonância da Nação.

Tenho vivido aqui, Sr. Presidente, grandes momentos; momentos que engrandecem a Casa, momentos de extrema importância para a definição dos rumos do País. Porém, hoje, ao voltar à minha Casa, à Casa em que estou, como eu disse, há quase 24 anos, em um momento de tamanha gravidade

para o País, devo dizer algumas palavras. Faço questão de frisar que aqui estou como um simples Deputado. Alguns estavam acostumados a me ver na Vice-Liderança ou na Liderança do meu partido, mas falo em meu nome, o que julgo ser meu dever.

Em primeiro lugar, Sr. Presidente, a imprensa divulgou que eu estudava a possibilidade de fazer o contraditório na sessão de hoje, depois de serem ouvidas as acusações ao Sr. Presidente da República. Ao refletir melhor, verifiquei que, se assim o fizesse, estaria coonestando um processo do qual, com a devida vênia e com o devido respeito a V. Ex^a, discordo, porque acho eivado de erros de origem.

A minha posição, em todos os jornais e em todas as redes de televisão, desde o primeiro momento, é pela discussão da legitimidade do processo. Desafio que me tenha visto entrar no mérito das questões discutidas na Comissão Parlamentar de Inquérito. E por que não o fiz, Sr. Presidente? Não o fiz porque não queria parecer leviano, já que não estava participando da Comissão, não tinha acesso aos documentos, nem aos autos daquela Comissão.

Mas quero deixar bem claro o meu verdadeiro repúdio a uma Comissão instalada para avaliar, ou melhor, para investigar possíveis delitos, transgressões à lei, desvios de recursos, sonegação de impostos e tráfico de influência praticados por empresários ou por seus asseclas, enfim, todos os comportamentos que censuramos da forma mais veemente. Durante todo o processo as minhas declarações foram de que a Comissão devia investigar profundamente todos os crimes; e a frase que sempre utilizei foi: "sem exceção de qualquer pessoa! Terminados os trabalhos, o relatório deveria ser encaminhado à Justiça para a punição de todos os culpados.

Mas, Sr. Presidente — perdoem-me os companheiros que pensam de forma diversa — esta é a Casa do contraditório, aliás, à essência da democracia, a convivência dos opostos, a administração do dissenso, porque o consenso só existe nas sociedades totalitárias. Permito-me dizer que essa Comissão teve, durante o processo, um cunho totalmente emocional. A Nação foi informada de forma romântica e apaixonada, e deu-se a impressão à sociedade de que aquela Comissão havia sido constituída para investigar o Sr. Presidente da República. Até certo ponto, atrevo-me a dizer, aqueles que deveriam ter sido investigados talvez tenham sido beneficiados pela distração da opinião pública em função da figura maior, a do Sr. Presidente da República. Portanto, a Comissão não tinha poderes para investigar o Sr. Presidente da República.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, li, com absoluta calma e atenção, todo o relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito. Ali não existe nada de categórico, uma só afirmação no tocante ao envolvimento do Sr. Presidente da República. De repente V. Ex^a acha por bem instaurar um rito que julgo acelerado. Veja bem, lamentavelmente, aqui nos reunimos em sessão secreta para julgar companheiros. Nenhum desses julgamentos durou menos de seis meses; e votação secreta para afastar um Deputado eventualmente acusado de algum delito. De repente, pretende-se afastar, num prazo recorde, o Supremo Magistrado da Nação. Causa-me espécie, Sr. Presidente — perdoe-me V. Ex^a que se esteja tentando dizer ao País que essa é apenas uma autorização para processar o Presidente da República. Na minha ótica, isto é absolutamente uma inverdade, na medida em que, se for autorizado o Senado a processar o Presidente da República, S. Ex^a estará automaticamente afastado das suas funções e teremos um Vice-Presidente da República em exercício tendo que compor um Mi-

nistério provisório, por poucos meses, no bojo de uma crise econômica, de uma recessão, de desemprego, de um quadro desastroso.

Essas coisas me levam a refletir e expressar claramente a minha opinião. Acho absolutamente injusto, absolutamente açodado e inadequado a Câmara dos Deputados não permitir o contraditório, como de fato não permitiu. O meu estimado amigo Nelson Jobim, Relator da Comissão, já tinha o seu relatório pronto antes de receber a defesa do Sr. Presidente da República. O que estamos fazendo — apenas para usar uma linguagem vulgar e exagerada — é, na realidade, o linchamento do Sr. Presidente da República! Não existe um Vice-Presidente da República capaz de compor um governo provisório num prazo desses. Vamos ver nosso País numa crise sem precedentes. Por essa razão, acho que não deveria ter vindo fazer defesa, para que amanhã não diga a imprensa que coonestamos, que demos legitimidade ao processo.

Sr. Presidente, minha posição amanhã será de votar contra licença do Presidente da República. Repito, enfatizando, estas palavras: tenho certeza de que o emocionalismo e as paixões políticas haverão de ceder à razão, de que haveremos de dar ao País a melhor solução, que, na minha ótica, Sr. Presidente, é negar o **impeachment** de S. Ex^a o Sr. Presidente da República!

Agradeço a V. Ex^a Sr. Presidente a tolerância quanto ao tempo. Estou muito honrado e feliz por estar de volta ao convívio dos meus companheiros!

O Sr. Elias Murad — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ibsen Pinheiro) — Em que dispositivo regimental V. Ex^a se baseia, nobre Deputado?

O SR. ELIAS MURAD (PSDB — MG. Sem revisão do orador.) — Na verdade, Sr. Presidente, não conheço o Regimento de cor. Quero apenas perguntar a V. Ex^a, já que não haverá tempo para que todos os Deputados se manifestem, se a lista que assinamos hoje será mantida amanhã. É só esta a minha questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ibsen Pinheiro) — Nobre Deputado Elias Murad, havendo a continuação da votação, a lista será preservada.

O SR. ELIAS MURAD — Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ibsen Pinheiro) — Com a palavra para discutir a matéria, o nobre Deputado Miro Teixeira. S. Ex^a disporá de cinco minutos na tribuna.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Deputados, bem fez o Deputado Ricardo Fiúza ao assinalar que retorna hoje à Casa. Talvez por isso tenha S. Ex^a discutido um outro processo que não este que estamos a discutir agora.

Em nenhum momento, Sr. Deputado Ricardo Fiúza, a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito investigou o Presidente da República, como V. Ex^a afirmou aqui. Em nenhum momento a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito deixou de investigar aquilo que V. Ex^a chamou de empresários, que, a rigor, não o são; denominá-los assim seria ofender o conjunto de empresários que, ao lado dos trabalhadores, ajudam a tocar o desenvolvimento do nosso País. O que a CPI investigou, de forma não emocional, mas, repito, de forma emocional, foi o roubo que se organizou neste País à custa da